



KnoWhy #73



Março 31, 2017

Por que Serém morreu?

“E agora eis que eu, Serém, declaro-te que isso é blasfêmia.”

Jacó 7:7

O conhecimento

O registro de Jacó conclui com um relato de seu confronto com Serém, um “homem iníquo” (Jacó 7:23) que “pregou muitas coisas que eram lisonjeiras para o povo; e isto fez a fim de destruir a doutrina de Cristo” (Jacó 7:2). Serém negou que os profetas poderiam prever a vinda de Jesus Cristo como o Messias. Quanto ao testemunho de Jacó sobre a vinda do Filho de Deus, Serém acusou Jacó dizendo:

E tu tens desviado muitos deste povo, de maneira que pervertem o caminho correto de Deus e não guardam a lei de Moisés, que é o caminho correto; e convertes a lei de Moisés na adoração de um ser que dizes que virá daqui a muitos séculos. E agora eis que eu, Serém, declaro-te que isso é blasfêmia; pois nenhum homem sabe de tais coisas, porque não pode falar de coisas futuras (Jacó 7:7).

John W. Welch analisou atentamente esse episódio no Livro de Mórmon e concluiu, de forma perspicaz, que todo o incidente, incluindo as acusações de Serém, a defesa de Jacó, o vocabulário empregado por ambos os homens e seu resultado, podem estar relacionados à antiga jurisprudência israelita.

“Embora as alegações de Serém não resultassem em um processo legal como tal, nenhum tribunal foi convocado, os anciões não foram reunidos para julgá-lo e nenhuma testemunha foi chamada para depor — suas alegações estavam legalmente fundamentadas”, escreveu Welch. “Suas alegações surgiram de várias questões legais convincentes que seriam confrontadas por qualquer israelita da antiguidade que não entendesse ou aceitasse a doutrina de Cristo”.



Mais especificamente, parece que Serém acusou Jacó de três crimes capitais sob a Lei de Moisés: “(1) causar apostasia pública, (2) blasfêmia e (3) falsa profecia”. Isso pode ser visto em Jacó 7:7, onde Serém acusa Jacó de desviar “muitos deste povo” (apostasia), de “blasfêmia” e de não saber realmente da vinda de Cristo, pois ninguém “sabe de tais coisas, porque não pode falar de coisas futuras” (falsa profecia).

“Se considerarmos os argumentos de Serém literalmente, ele basicamente se opôs aos esclarecimentos messiânicos introduzidos pelas revelações de Leí e Néfi”, esclareceu Welch. “Ele preferia um sistema de normas legais baseadas na Lei de Moisés [...] sem qualquer prenúncio à luz da esperança messiânica”. É claro que, ao recorrer a uma exploração fundamentada das escrituras (Jacó 7:10-11), bem como ao seu próprio testemunho profético (Jacó 7:12), Jacó foi finalmente capaz de confundir Serém “em todas as suas palavras” (Jacó 7:8). Após pedir um “sinal” para convencê-lo (Jacó 7:13), Serém então reconheceu sua culpa e confessou seus erros “a Cristo” antes de “entreg[ar] o espírito” (Jacó 7:17-20).

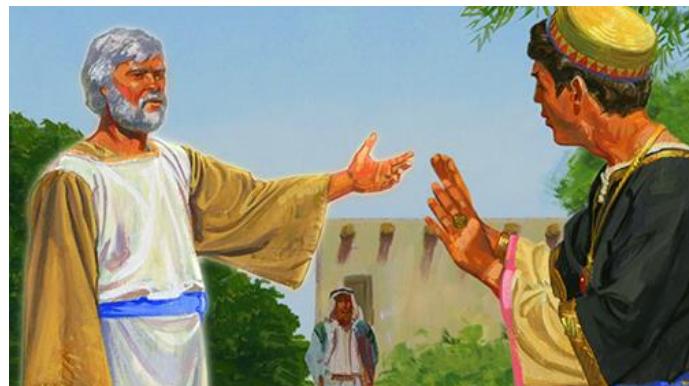
O porquê

Os leitores modernos deste relato podem achar que o destino de Serém foi injusto. Afinal, ele admitiu que Jacó estava certo e parecia estar arrependido. No entanto, como Welch explica, o resultado desse incidente é compreensível do ponto de vista legal da antiga Israel. Considerando as circunstâncias relatadas, Serém, aparentemente:

provou ser um falso acusador e, de fato, uma falsa testemunha. Tendo iniciado uma falsa denúncia

contra Jacó e testemunhado que acreditava nas escrituras e, ao mesmo tempo, negava o Messias, Serém estaria sujeito às disposições de Deuteronômio 19:16-21, que exigem punição inabalável para todos os que “levanta[m] testemunha falsa contra alguém, para testificar contra ele acerca de transgressão” (v. 16).

O próprio Serém reconheceu a profunda seriedade de seu erro. Ele temia grandemente que tivesse cometido “o pecado imperdoável”, de ter “mentido a Deus” e, portanto, que sua situação seria “terrível” (7:19). Ao mesmo tempo em que incentivava os infratores a confessar seus erros, a lei hebraica reservava a Deus o julgamento divino em casos como o de Serém.



Lembrar que Serém acusou Jacó de nada menos que três crimes capitais, faz sentido, de uma perspectiva antiga, que a morte seria seu desfecho: ele havia acusado falsamente a Jacó de crimes que teriam resultado na morte do profeta e, portanto, ele próprio estaria sujeito a mesma punição. Como Welch escreveu: “Os crimes de Sérem não foram insignificantes [...] Sob a lei do antigo Oriente Próximo, os crimes de perjúrio — ou seja, dar falso testemunho sob juramento ou deixar de comprovar uma acusação, sob juramento, contra outro — eram aparentemente processados com vigor, e os infratores severamente punidos”.

Embora a interação entre Serém e Jacó possa ser interpretada e aplicada em muitos níveis, uma leitura cuidadosa deste registro, de um ponto de vista jurídico antigo, ajuda os leitores modernos a entenderem melhor o que é uma importante questão implícita na situação da história: como julgar e discernir justamente os falsos acusadores daqueles que têm queixas legítimas. Isso, por sua vez, estabelece um precedente importante para entender os relatos

posteriores no Livro de Mórmon que abordam esse tópico. Welch concluiu: “O caso de Serém dá o tom para o julgamento justo que fundamenta tudo o que se segue no Livro de Mórmon”. Isso é ilustrado pela justaposição das figuras de Serém e Jacó e pelo contraste de seus respectivos comportamentos.

As acusações injustas de Serém estabelecem o padrão de julgamento injusto e fraude processual. Por um lado, a essência do julgamento injusto está no conflito, no excesso de confiança e no desrespeito ao Sumo Sacerdote ungido do Senhor. Além disso, o sucesso de Jacó em resistir fiel e pacientemente à afronta de Serém se tornaria um modelo de julgamento justo, permitindo que a justiça se manifestasse nos julgamentos e evidentes revelações de Deus.

Leitura complementar

A. Keith Thompson, “Who Was Sherem?” Interpreter: A Journal of Mormon Scripture 14 (2015): p. 1–15.

John W. Welch, The Legal Cases in the Book of Mormon (Provo, UT: Brigham Young University Press and the Neal A. Maxwell Institute for Religious Scholarship, 2008), pp. 107–138.

John W. Welch, “Sherem’s Accusations against Jacob”, em Pressing Forward with the Book of Mormon, ed. John W. Welch (Provo, UT: FARMS, 1999), pp. 84–87.



© Central do Livro de Mórmon, 2017

Notas de rodapé

1. John W. Welch, The Legal Cases in the Book of Mormon (Provo, UT: Brigham Young University Press and the Neal A. Maxwell Institute for Religious Scholarship, 2008), p. 109.
2. Welch, The Legal Cases in the Book of Mormon, p. 117.
3. Welch, The Legal Cases in the Book of Mormon, p. 110.
4. Welch, The Legal Cases in the Book of Mormon, p. 131.
5. Welch, The Legal Cases in the Book of Mormon, p. 135.
6. Welch, The Legal Cases in the Book of Mormon, pp. 137–138.